



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

17
235

Recurso de agravo nº. 195637-6/01 - Comarca do Recife

Agravante: Luis Emanuel Peroba.

Agravado: Estado de Pernambuco.

5526


EMENTA: ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. GRATIFICAÇÕES NÃO MAIS RECEBIDAS QUANDO DO ADVENTO DA LCE Nº. 03/90. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI. IMPOSSIBILIDADE. 1. A Lei Complementar Estadual nº. 03/90, ao possibilitar a incorporação função gratificada ou da comissão que tenha percebido o servidor, não pode ser aplicada às situações anteriores à sua entrada em vigor, salvo se houver previsão legal expressa neste sentido, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade da lei, que é a regra em nosso ordenamento jurídico (art. 6º, LICC). 2. No caso, o agravante percebera gratificações, de forma intercalada, no período compreendido entre os anos de 1977 e 1987, ou seja, antes do advento da LCE nº. 03/90. 3. Não tendo havido determinação expressa no sentido da retroatividade da lei, esta não pode restar presumida. 4. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 195637-6/01, acima referenciado, julgado em sessão realizada nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Salvador, Pernambuco, 18 de Maio de 2005

18
236

Recurso de agravo nº 195637-6/01 - Comarca do Recife

Agravante: Luis Emanuel Peroba.

Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa que negou seguimento ao apelo apenso, sob o fundamento de que não caberia retroatividade de lei concessiva de vantagem a servidor, sem que houvesse previsão legal expressa neste sentido.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois, a LCE nº. 03/90 deveria ter aplicação retroativa, ante a utilização, pelo art. 1º, § 2º, XVIII, do verbo no tempo pretérito.

Ao final, requer o provimento integrativo, para fins de destrancamento da apelação, com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação diante de sentença que julgou improcedente o pedido de aquisição do adicional de estabilidade financeira, sob o fundamento de impossibilidade de aplicação retroativa da Lei Complementar Estadual nº 03/90. Em suas razões, de fls. 101/107, o apelante pugna pela reforma do julgado, aduzindo que o dispositivo da LCE nº 03/90 que conferiu o direito à estabilidade financeira usou o verbo no tempo pretérito, devendo se aplicar às situações em que o requisito exigido, de recebimento da gratificação ou comissão por mais de cinco anos ininterruptos ou sete intercalados, já tivesse sido completado, entendendo existente direito adquirido ao adicional pretendido. Contrariedade de fls. 122/125, pela manutenção dos termos do julgado, vindo os autos conclusos. Feito o sucinto relato, decido monocraticamente. A questão controvertida que nesta sede se revisa voluntariamente, qual seja, a possibilidade, ou não, de aplicação retroativa da lei que concede vantagem a servidor, encontra-se sedimentada na jurisprudência do STJ, no sentido de que somente seria possível a retroatividade de lei se houvesse expressa previsão legal neste sentido, conforme aresto adiante ementado: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO PARCIAL. RECURSO ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE. SERVIDOR. ESTADO DO PARÁ. FUNÇÃO GRATIFICADA. EXERCÍCIO ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 5.810/94. INCORPORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EFEITO RETROATIVO. PREVISÃO EXPRESSA. NECESSIDADE. I- Já é pacífico neste e. Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que cabe recurso ordinário em mandado de segurança de acórdão proferido em única instância por Tribunal de Justiça que concede parcialmente a segurança. (RMS nº 17.650-GO, DJU de 11.4.2005) II- A Lei

19
237

Estadual nº 5.810/94, ao possibilitar ao servidor que tenha exercido função gratificada ou cargo em comissão a incorporação de 10% do valor da função ou gratificação por ano de efetivo exercício, não pode ser aplicada às situações anteriores a sua entrada em vigor, salvo se houver previsão legal expressa, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade da lei, que é a regra em nosso ordenamento jurídico (art. 6º, LICC). Recurso ordinário desprovido (RMS 17979/PA, T5, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 05/02/2007). No caso, o apelante percebera gratificações/comissões, de forma intercalada, no período compreendido entre os anos de 1977 e 1987, ou seja, antes do advento da LCE nº 03/90, a qual instituiu a vantagem denominada estabilidade financeira, a qual não pode ter aplicação retroativa, por não ter havido expressa alusão a este efeito excepcional no texto legal. Sendo assim, em respeito ao art. 6º da LICC, que encarta a norma-princípio da irretroatividade da lei como regra no ordenamento jurídico pátrio, entendo que não merece qualquer reforma a sentença objeto de impugnação recursal. Diante de todo o exposto, considerando que o recurso se encontra em confronto com jurisprudência dominante do STJ, com base no art. 557, caput, do CPC, nego-lhe seguimento, para ratificar os termos do julgado de origem. P. e I. Recife, 26 de outubro de 2009 Des. Ricardo Paes Barreto Relator.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois, a LCE nº. 03/90 deveria ter aplicação retroativa, ante a utilização, pelo art. 1º, § 2º, XVIII, do verbo no tempo pretérito.

No caso, o agravante percebera gratificações/comissões, de forma intercalada, no período compreendido entre os anos de 1977 e 1987, ou seja, antes do advento da LCE nº. 03/90.

O fato da lei prevê que são direitos dos servidores, dentre outros, a estabilidade financeira quanto à gratificação ou comissão percebida a qualquer título, por mais de cinco anos ininterruptos, ou sete intercalados, não significa que, presumivelmente, tenha aplicação aos servidores que um dia receberam a gratificação/comissão e ao tempo da vigência da LCE nº 03/90 não mais a recebiam.

Sendo assim, em respeito ao art. 6º da LICC, que encarta a norma-princípio da irretroatividade da lei como regra no ordenamento jurídico pátrio, entendo que não merece qualquer reforma a decisão vergastada.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao recurso de agravo.
É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator